

2º Reinado: Café, Imigrantes, Guerra e Crise

Economia do Segundo Reinado

No início do Brasil Imperial o café substituiu o a cana-de-açúcar como principal produto econômico brasileiro.

O café inicialmente introduzido no Vale do Paraíba, São Paulo, e região fluminense do Rio de Janeiro, se expandiu rapidamente por se tornar um produto de grande aceitação no mercado mundial.

Nasce assim uma nova elite, agora concentrada no sudeste, a Elite Cafeeira, que tornou-se mais rica que os antigos senhores de engenho da elite do açúcar nordestina.

Os escravos negros que antes foram usados na indústria açucareira e na extração de ouro das minas, continuou a ser a força motora da economia ao serem redirecionados para os cafezais.

O trabalho escravo no Brasil diminuiria com o tempo devido ao capitalismo industrial, que necessitava de mais e mais compradores para absorver a produção.

O Brasil por ser um dos maiores países escravocratas do Século XIX, estava sofrendo pressões de nações capitalistas, em especial a Inglaterra.

O escravismo no Brasil diminuiria gradativamente com a aprovação de leis que buscavam o fim da escravidão. Já com poucos escravos para absolver a demanda de trabalho, a elite cafeeira teve que se adequar a nova realidade.

Guerra do Paraguai (1864-1870)

No ano de 1862, Solano López chegou ao poder com o objetivo de dar continuidade às conquistas dos governos anteriores. Nessa época, um dos grandes problemas da economia paraguaia se encontrava na ausência de saídas marítimas que escoassem a sua produção industrial. Os produtos paraguaios tinham que atravessar a região da Bacia do Prata, que abrangia possessões territoriais do Brasil, Uruguai e Argentina.

Segundo alguns historiadores, essa travessia pela Bacia do Prata era responsável, vez ou outra, pela deflagração de inconvenientes diplomáticos entre os países envolvidos. Visando melhorar o desempenho de sua economia, Solano pretendia organizar um projeto de expansão territorial que lhe oferecesse uma saída para o mar. Dessa maneira, o governo paraguaio se voltou à produção de armamentos e a ampliação dos exércitos que seriam posteriormente usados em uma batalha expansionista.

No entanto, outra corrente historiográfica atribuiu o início da guerra aos interesses econômicos que a Inglaterra tinha na região. De acordo com essa perspectiva, o governo britânico pressionou o Brasil e a Argentina a declararem guerra ao Paraguai alegando que teriam vantagens econômicas e empréstimos ingleses caso impedissem a ascensão da economia paraguaia. Com isso, a Inglaterra procurava impedir o aparecimento de um concorrente comercial autônomo que servisse de modelo às demais nações latino-americanas.

<http://tudodeconcursosevestibulares.blogspot.com.br/2013/01/segundo-reinado-questoes-vestibular.html>

Crise Monárquica e a Proclamação da República

Até aqui podemos ver que os mais proeminentes intelectuais e mais importantes membros da elite agroexportadora nacional não mais apoiavam a monarquia. Essa perda de sustentação política pode ser ainda explicada com as consequências de duas leis que merecem destaque. Em 1850, a lei Eusébio de Queiroz proibiu o tráfico de escravos, encarecendo o uso desse tipo de força de trabalho. Naquele mesmo ano, a Lei de Terras preservava a economia nas mãos dos grandes proprietários de terra.

O conjunto dessas transformações ganhou maior força a partir de 1870. Naquele ano, os republicanos se organizaram em um partido e publicaram suas ideias no Manifesto Republicano. Naquela altura, os militares se mobilizaram contra os poderes amplos do imperador e, pouco depois, a Igreja se voltou contra a monarquia depois de ter suas medidas contra a presença de maçons na Igreja anuladas pelos poderes concedidos ao rei.

No ano de 1888, a abolição da escravidão promovida pelas mãos da princesa Isabel deu o último suspiro à Monarquia Brasileira. O latifúndio e a sociedade escravista que justificavam a presença de um imperador enérgico e autoritário, não faziam mais sentido às novas feições da sociedade brasileira do século XIX. Os clubes republicanos já se espalhavam em todo o país e naquela mesma época diversos boatos davam conta sobre a intenção de Dom Pedro II em reconfigurar os quadros da Guarda Nacional.

A ameaça de deposição e mudança dentro do exército serviu de motivação suficiente para que o Marechal Deodoro da Fonseca agrupasse as tropas do Rio de Janeiro e invadisse o Ministério da Guerra. Segundo alguns relatos, os militares pretendiam inicialmente exigir somente a mudança do Ministro da Guerra. No entanto, a ameaça militar foi suficiente para dissolver o gabinete imperial e proclamar a República.

O golpe militar promovido em 15 de novembro de 1889 foi reafirmado com a proclamação civil de integrantes do Partido Republicano, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Ao contrário do que aparentou, a proclamação foi consequência de um governo que não mais possuía base de sustentação política e não contou com intensa participação popular. Conforme salientado pelo ministro Aristides Lobo, a proclamação ocorreu às vistas de um povo que assistiu tudo de forma bestializada.

<http://www.brasilecola.com/historiab/proclamacaodarepublica.htm>

1.

Abolição da escravatura			
1850	1871	1885	1888
Lei Eusébio de Queirós (fim do tráfico negro)	Lei do Ventre Livre (liberdade para os filhos de escravos nascidos a partir dessa data)	Lei dos Sexagenários (liberdade para os escravos maiores de 60 anos)	Lei Áurea (abolição da Escravatura)

Considerando a linha do tempo acima e o processo de abolição da escravatura no Brasil, assinale a opção correta.

- O processo abolicionista foi rápido porque recebeu a adesão de todas as correntes políticas do país.
- O primeiro passo para a abolição da escravatura foi a proibição do uso dos serviços das crianças nascidas em cativeiro.

- c) Antes que a compra de escravos no exterior fosse proibida, decidiu-se pela libertação dos cativos mais velhos.
- d) Assinada pela princesa Isabel, a Lei Áurea concluiu o processo abolicionista, tornando ilegal a escravidão no Brasil.
- e) Ao abolir o tráfico negreiro, a Lei Eusébio de Queirós bloqueou a formulação de novas leis anti escravidão no Brasil.

Gabarito

1. D